



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: Faculdade de
Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia – FAENG Curso de Graduação em
Geografia**

GABRIEL DA COSTA MAGALHÃES

**ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM CAMPO
GRANDE – MS**

CAMPO GRANDE – MS

2026

GABRIEL DA COSTA MAGALHÃES

**ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM CAMPO
GRANDE – MS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado, em forma de artigo, ao Curso de Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves

CAMPO GRANDE – MS

2026

RESUMO

Este trabalho analisou o processo de envelhecimento populacional no município de Campo Grande - MS, destacando os impactos socioespaciais e os desafios para o planejamento urbano e para as políticas públicas voltadas à população idosa. A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), documentos da PLANURB e estudos sobre envelhecimento, saúde pública, mobilidade urbana e acessibilidade. Os resultados evidenciaram o crescimento da população idosa na capital sul-mato-grossense e demonstram que o envelhecimento ocorre de forma desigual no território, refletindo diferenças socioeconômicas entre as regiões urbanas. Também foram identificados desafios relacionados ao acesso aos serviços de saúde, ao transporte coletivo, à acessibilidade e à manutenção de espaços públicos de lazer. Conclui-se que o envelhecimento populacional exige planejamento urbano de longo prazo e ampliação de políticas públicas capazes de garantir inclusão social, qualidade de vida e acesso adequado aos serviços urbanos para a população idosa.

Palavras-chave: envelhecimento populacional; Campo Grande - MS; políticas públicas; mobilidade urbana; saúde pública.

ABSTRACT

This study analyzed the process of population aging in the municipality of Campo Grande, Mato Grosso do Sul, highlighting the socio-spatial impacts and the challenges for urban planning and public policies aimed at the elderly population. The research was developed through a bibliographic and documentary review, using data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), PLANURB documents, and studies on aging, public health, urban mobility, and accessibility. The results show the growth of the elderly population in the state capital and demonstrate that aging occurs unevenly across the territory, reflecting socioeconomic differences among urban regions. Challenges related to access to health services, public transportation, accessibility, and the maintenance of public leisure spaces were also identified. It is concluded that population aging requires long-term urban planning and the expansion of public policies capable of ensuring social inclusion, quality of life, and adequate access to urban services for the elderly population.

Keywords: population aging; Campo Grande-MS; public policies; urban mobility; public health.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Pirâmide etária do Brasil em 2010	13
Gráfico 2 – Pirâmide etária do Brasil em 2022	13
Gráfico 3 – Pirâmide etária de Campo Grande – MS em 2010	14
Gráfico 4 – Pirâmide etária de Campo Grande – MS em 2022	14
Mapa 1 – Distribuição das Unidades Básicas de Saúde em Campo Grande – MS	16
Figura 1 – Localização das Academias ao Ar Livre em Campo Grande – MS	18
Foto 1 – Academia ao Ar Livre da Praça do Bairro Lar do Trabalhador	19
Foto 2 – Estado de conservação do aparelho na Academia ao Ar Livre da Praça do Bairro Lar do Trabalhador	20
Foto 3 – Tabela de horários das atividades orientadas na Praça Belmar Fidalgo	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 A Estrutura Etária e seus Indicadores	7
1.2 Problema de Pesquisa	10
1.3 Objetivo Geral	10
1.4 Objetivos Específicos	10
1.5 Justificativa	10
2 METODOLOGIA	11
3 DESENVOLVIMENTO	11
3.1 Análise Espacial de Unidades de Saúde em Campo Grande – MS	15
3.2 Espaços Públicos de Lazer: Praças, Parques e Academias ao Ar Livre	18
3.2.1 O Conceito de Envelhecimento Ativo	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é o aumento da proporção de pessoas acima de 60 anos ou mais na população total, resultado principalmente da queda da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida (OMS, 2005). É definido como um processo demográfico caracterizado pelo aumento relativo da população idosa em comparação aos jovens (IBGE, 2023). O cálculo para esse indicador se dá a partir da razão do número de pessoas acima de 60 anos e o número de pessoas de 0 a 14 anos. Esse tema tem sido cada vez mais debatido atualmente devido aos últimos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022.

1.1 A Estrutura Etária e seus Indicadores

A estrutura etária representa a distribuição de uma população dividida por faixas de idade e sexo. No quadro atual brasileiro, ela indica um processo acelerado de transição demográfica, evidenciando o estreitamento da base e o alargamento do topo (IBGE, 2023). Nas projeções futuras, essa estrutura sinaliza uma sociedade majoritariamente madura e idosa, o que altera profundamente a dinâmica econômica, demandando a readequação urgente de políticas de previdência, saúde e planejamento urbano para suportar uma base de sustentação laboral proporcionalmente menor (IBGE, 2023).

Essa inversão da estrutura etária vem gerando discussões aprofundadas entre demógrafos, planejadores urbanos e gestores da saúde coletiva. Isso ocorre porque o envelhecimento se consolidou como um fenômeno global que atinge diferentes regiões do planeta. Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), estima-se que a população idosa mundial com 60 anos ou mais duplicará até o ano de 2050, alcançando a marca de 2,1 bilhões de pessoas, com transições agudas ocorrendo especialmente em países em desenvolvimento na América Latina e na Ásia (ONU, 2023).

A causa desse processo de transição demográfica global está vinculada a dois fatores principais: o aumento progressivo da expectativa de vida ao nascer, impulsionado pelo acesso a tratamentos médicos e infraestrutura de saneamento, e a queda acentuada na taxa de fecundidade. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), a fecundidade vai além da capacidade reprodutiva de um grupo,

sendo fortemente influenciada por fatores culturais, sociais e econômicos que determinam o número de nascimentos e impulsionam o envelhecimento da população.

No cenário brasileiro, a taxa de fecundidade¹ caiu de 6,3 filhos por mulher na década de 1960 para cerca de 1,6 em 2022, fixando-se abaixo da taxa de reposição populacional, que é de 2,1 filhos por mulher (IBGE, 2023). Nessa perspectiva, Nasri (2008) esclarece que o envelhecimento demográfico ocorre justamente quando a participação percentual de pessoas mais velhas cresce ao mesmo tempo em que a quantidade de jovens diminui dentro dessa estrutura populacional.

Se por um lado a maior longevidade representa avanços nas condições gerais de vida de uma sociedade, por outro ela gera desafios complexos que sobrecarregam o Estado, as redes de assistência e as estruturas familiares. No caso brasileiro, a ampliação da expectativa de vida impõe pressões estruturais relacionadas à sustentabilidade dos sistemas previdenciários e à ampliação das políticas públicas destinadas à população idosa, além de exigir transformações no acesso à saúde pública e na oferta de espaços de lazer adaptados (VERAS, 2009)

É preciso destacar que tais impactos não atingem a população idosa de maneira uniforme. A experiência do envelhecimento é fragmentada pela classe social e pelo nível econômico: enquanto idosos de maior poder aquisitivo conseguem contornar as deficiências das cidades por meio de serviços privados, a população idosa de baixa renda e residente nas periferias vivencia uma dupla vulnerabilidade, dependendo integralmente de serviços públicos frequentemente escassos ou precarizados.

O crescimento contínuo da população acima de 60 anos consolidou-se como tema central em pesquisas científicas devido aos múltiplos impactos gerados pela transição demográfica. Esse conceito define a mudança histórica de um regime demográfico tradicional, com altas taxas de natalidade e de mortalidade², para um

¹ A taxa de fecundidade total consiste numa estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria ao longo do seu período reprodutivo convencionalmente compreendido entre os 15 e os 49 anos de idade, pressupondo que estaria exposta às taxas de fecundidade por idade observadas num determinado ano específico (IBGE,2018).

² A taxa de natalidade expressa a relação entre o número de nascidos vivos ocorridos em determinado período e a população total de um território, calculada por mil habitantes. Já a taxa de mortalidade representa o número de óbitos ocorridos no mesmo período por mil habitantes de uma determinada população (IBGE,2018).

regime moderno, caracterizado por baixos níveis de natalidade e mortalidade (VASCONCELOS e GOMES, 2012).

Com o avanço técnico-sanitário, a população vive mais, ampliando a expectativa de vida, gerando a necessidade de novas políticas públicas, para garantir os direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL,2003).

O amparo jurídico à população idosa no Brasil ganhou centralidade com a promulgação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, originalmente denominada Estatuto do Idoso e, posteriormente, atualizada em sua nomenclatura para Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003). Esta legislação assume um papel fundamental ao consolidar a doutrina da proteção integral, estabelecendo que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, tais como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Sob a ótica do planejamento urbano e da análise geográfica, o Estatuto impõe diretrizes rigorosas ao Estado, pois a garantia de direitos como a saúde e a mobilidade depende diretamente da produção de um espaço geográfico acessível e inclusivo. Assim, a legislação serve como principal instrumento de pressão democrática para que cidades como Campo Grande – MS, possam readequar seus sistemas de transporte coletivo e suas redes de atenção primária à saúde, combatendo as assimetrias e a segregação socioespacial que privam o idoso de vivenciar a plenitude de sua cidadania.

Diante desse panorama, o município de Campo Grande - MS apresenta a mesma dinâmica nacional no que diz respeito ao aumento da população idosa. Segundo dados do Censo de 2022, a capital sul-mato-grossense apresenta um índice de envelhecimento de 49,3 idosos para cada 100 crianças de 0 a 14 anos (IBGE, 2023). Para fins de comprovação e análise comparativa, o Censo de 2010 registrava um índice de apenas 32,1 idosos para cada 100 crianças no município. Esses dados representam um estreitamento da base da pirâmide etária e um alargamento no topo (IBGE, 2023), seguindo a perspectiva mundial e concentrando os mesmos padrões vistos nas demais regiões do Brasil.

1.2 Problema de Pesquisa

O envelhecimento populacional vem se ampliando em Campo Grande – MS, trazendo mudanças que afetam tanto a população quanto a organização da cidade. Com o aumento do número de idosos, surgem desafios relacionados à saúde pública, mobilidade urbana, acessibilidade e qualidade de vida.

Desta forma, este trabalho busca responder: Quais são os principais impactos do envelhecimento populacional em Campo Grande - MS e quais desafios esse crescimento representa para o planejamento urbano e para as políticas públicas voltadas à população idosa?

1.3 Objetivo Geral

Avaliar o processo de envelhecimento populacional em Campo Grande - MS, destacando os impactos socioespaciais e os desafios das políticas públicas em relação à população idosa.

1.4 Objetivos Específicos

- Comparar as taxas de envelhecimento populacional do Brasil com Campo Grande – MS;
- Identificar o crescimento da população idosa no município de Campo Grande - MS;
- Analisar os impactos do envelhecimento populacional no espaço urbano, principalmente nas áreas de saúde, mobilidade urbana e acessibilidade;
- Entender a importância das políticas públicas voltadas para a população idosa;
- Refletir sobre os desafios futuros relacionados ao envelhecimento populacional em Campo Grande - MS.

1.5 Justificativa

A escolha desse tema acontece pela importância que o envelhecimento populacional vem ganhando no cenário brasileiro e local. O aumento da população idosa representa uma transformação significativa na estrutura demográfica do país, exigindo maior atenção do poder público e da sociedade diante dos impactos sociais, econômicos e urbanos provocados por esse fenômeno.

Em Campo Grande - MS, o crescimento da população idosa evidencia a necessidade de planejamento urbano mais eficiente, principalmente em relação à mobilidade urbana, acessibilidade, saúde pública e inclusão social. Dessa forma, estudar o envelhecimento populacional no município contribui para ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados pela população idosa e pela gestão urbana.

Além disso, o tema possui grande relevância para a Geografia, uma vez que o envelhecimento populacional interfere diretamente na organização do espaço geográfico e nas relações socioespaciais presentes nas cidades. Assim, a pesquisa busca contribuir para reflexões sobre a necessidade de adaptação dos espaços urbanos às demandas da população idosa.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de estudos bibliográficos e documentais, utilizando livros, artigos científicos, dados estatísticos IBGE dos anos de 2010 e 2023, e documentos relacionados ao envelhecimento populacional no Brasil e em Campo Grande – MS.

Durante o levantamento, foram utilizados dados consolidados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de artigos acadêmicos e leis voltadas aos direitos da população idosa, como o Estatuto da Pessoa Idosa.

A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, buscando compreender os impactos sociais e urbanos causados pelo crescimento da população idosa no município de Campo Grande - MS por meio do cruzamento de indicadores demográficos e análises socioespaciais.

3 DESENVOLVIMENTO

O envelhecimento populacional também deve ser compreendido como um fenômeno geográfico, pois produz transformações na organização do espaço urbano e nas relações socioespaciais. Conforme Santos (2006), as transformações sociais e demográficas produzem efeitos diretos sobre a organização do espaço geográfico, exigindo adaptações constantes das estruturas urbanas. A distribuição dos serviços públicos, a acessibilidade, a mobilidade urbana e os espaços de lazer influenciam diretamente as condições de vida da população idosa. Nesse sentido, a análise

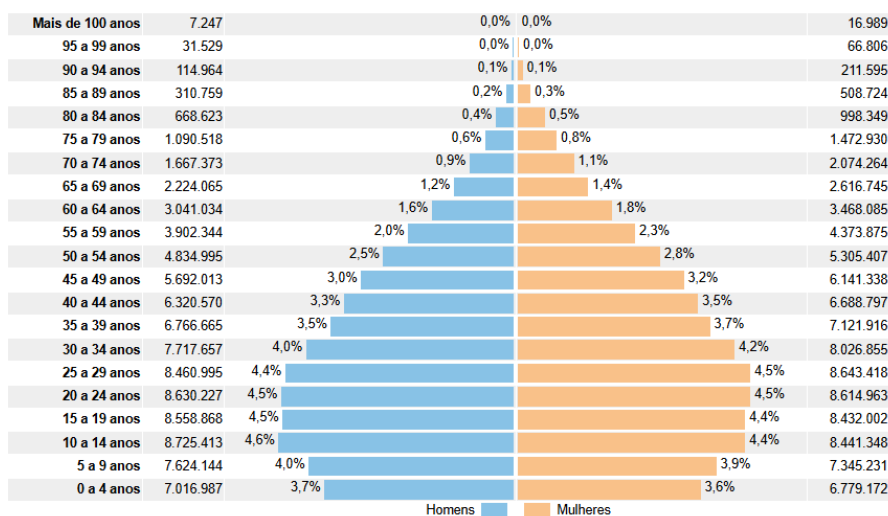
geográfica permitiu compreender como o processo de envelhecimento se manifesta de maneira desigual no território, refletindo diferenças socioeconômicas e estruturais existentes entre os bairros da cidade.

No Brasil, esse processo ganhou força nas últimas décadas, resultado direto da combinação entre o aumento da expectativa de vida e a diminuição das taxas de natalidade. Como explicam Carvalho e Garcia (2003), essa mudança na estrutura etária mostra transformações demográficas profundas, causadas pela redução histórica da fecundidade e da mortalidade no país.

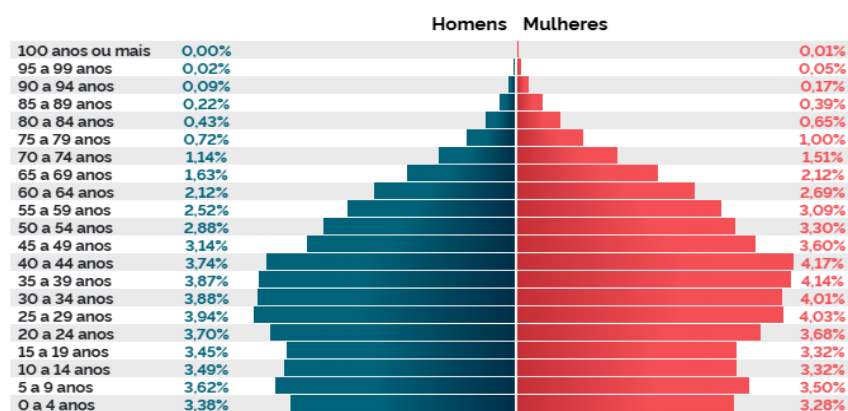
No passado, o Brasil tinha o perfil de uma população majoritariamente jovem, com famílias grandes. Contudo, ao longo dos anos, melhorias no saneamento básico, no acesso à saúde e nas condições gerais de vida permitiram que as pessoas vivessem mais. De acordo com Veras (2009), o avanço da medicina junto com políticas públicas de saúde foi fundamental para esse ganho na expectativa de vida, acelerando o ritmo de crescimento da população idosa.

Esta transição demográfica aconteceu no Brasil de forma muito mais veloz do que nos países desenvolvidos (VASCONCELOS e GOMES, 2012). Enquanto a Europa teve quase um século para adaptar suas cidades e sistemas de previdência ao envelhecimento dos seus habitantes, o Brasil enfrenta essa realidade em poucas décadas. Isso gera pressões sociais e econômicas imediatas que desafiam diretamente o planejamento urbano.

Os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022 confirmam essa velocidade. O levantamento revelou que o grupo de brasileiros com 65 anos ou mais atingiu 10,9% da população total, um crescimento expressivo diante das décadas anteriores. Ao mesmo tempo, refletindo a queda nas taxas de natalidade vistas no mesmo período, a base da pirâmide etária nacional, composta por jovens de 0 a 14 anos, encolheu para 19,8%. Com isso, o índice de envelhecimento nacional subiu para 55,2, consolidando a inversão da estrutura etária do país (IBGE, 2023).

Gráfico 1 – Gráfico sobre a pirâmide etária no Brasil em 2010.

(Fonte: IBGE, 2010)

Gráfico 2 – Gráfico sobre pirâmide etária no Brasil em 2022.**Pirâmide etária**

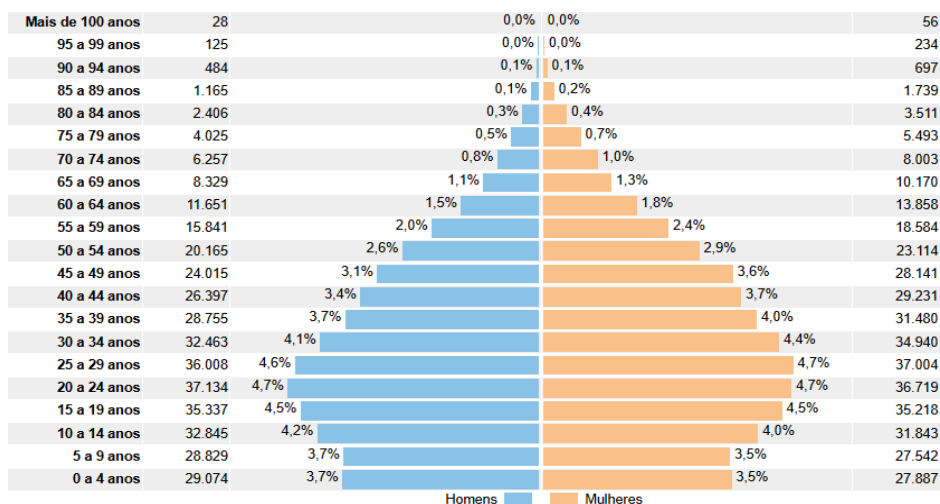
(Fonte: IBGE, 2023)

Essa realidade nacional aparece claramente no município de Campo Grande - MS. A capital sul-mato-grossense, que passou por um rápido processo de urbanização, hoje enfrenta o desafio de adaptar sua estrutura a essa nova configuração de idades. Os dados oficiais mostram bem essa tendência: a população de Mato Grosso do Sul cresceu em números absolutos, mas registrou uma elevação marcante na média de idade dos seus habitantes nos últimos anos, mostrando o rápido amadurecimento da sua pirâmide (PORTAL PRIMEIRA PÁGINA, 2023).

Olhando especificamente para o cenário da capital com base no Censo de 2022, o grupo de pessoas com 65 anos ou mais passou a representar 10,1% da

população de Campo Grande - MS, enquanto a base de 0 a 14 anos caiu para 20,5%. Além disso, o Índice de Envelhecimento municipal chegou a 49,3, superando a própria média do estado de Mato Grosso do Sul, que ficou em 43,6 (IBGE, 2023).

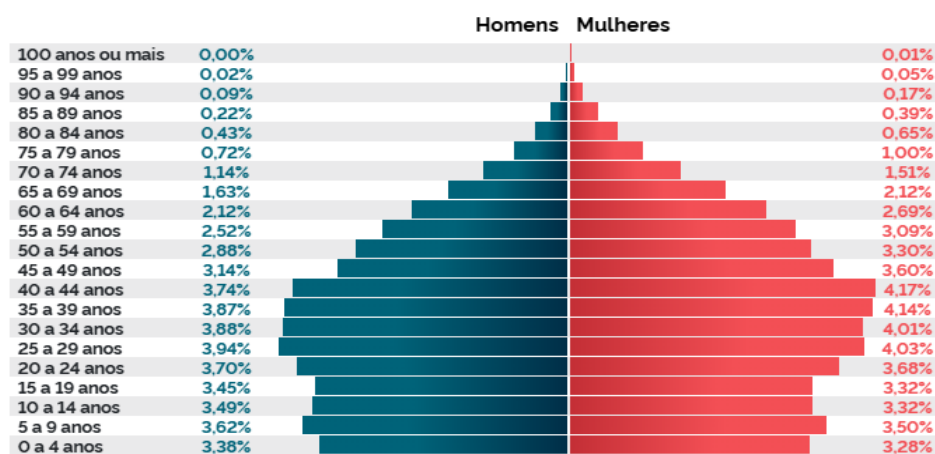
Gráfico 3 – Gráfico sobre a pirâmide etária em 2010 na cidade de Campo Grande - MS



(Fonte: IBGE, 2010)

Gráfico 4 – Gráfico sobre a pirâmide etária em 2022 na cidade de Campo Grande – MS

Pirâmide etária



(Fonte: IBGE, 2023)

Como aponta Camarano (2014), o crescimento do grupo de idosos exige um redirecionamento das políticas públicas. No contexto dos campo-grandense, esses impactos ficam evidentes na necessidade de melhorar a mobilidade urbana, garantir

acessibilidade nos espaços públicos e fortalecer a rede de assistência social e saúde do município.

Essa necessidade de melhorias se estende para o sistema de transporte coletivo. Embora o discurso oficial aponte que a frota de ônibus conta com elevadores de acessibilidade, vistorias técnicas e relatos frequentes dos usuários mostram que o sistema sofre com veículos antigos e falta de manutenção preventiva. Passageiros com mobilidade reduzida muitas vezes encontram elevadores com defeito ou quebrados na hora do embarque, limitando o direito de ir e vir (PORTAL MIDIAMAX, 2023). A pouca fiscalização e a idade avançada dos ônibus geram atrasos constantes, superlotação nas linhas dos bairros nos horários de pico e desconforto nos pontos de ônibus, prejudicando os idosos que dependem do transporte público para ir a consultas médicas, exames e atividades sociais.

Para tentar amenizar esse cenário, a legislação municipal buscou ampliar as garantias de atendimento. Na capital, além dos assentos amarelos reservados, todos os bancos dos ônibus foram definidos como preferenciais, estendendo esse direito a idosos, gestantes, pessoas com deficiência, pessoas com crianças de colo e indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (G1 MS, 2023).

No entanto, a existência da Lei Municipal nº 5.790/2016 esbarra na realidade do dia a dia. Pela falta de uma fiscalização rígida e de campanhas educativas permanentes dentro dos terminais, a norma acaba sendo descumprida em viagens longas (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2024). É comum observar idosos viajando em pé nos horários de maior movimento, o que aumenta o risco de quedas e desestimula os idosos a circular pela cidade.

3.1 Análise Espacial de Unidades de Saúde em Campo Grande – MS

O envelhecimento populacional provoca impactos diretos sobre os sistemas de saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde (2021), as doenças crônicas não transmissíveis representam uma das principais causas de internação e mortalidade entre idosos brasileiros, reforçando a importância do acompanhamento contínuo realizado pela atenção primária à saúde.

Conforme Veras (2009), o aumento da longevidade exige uma reorganização dos serviços de saúde, que passam a demandar acompanhamento contínuo e ações

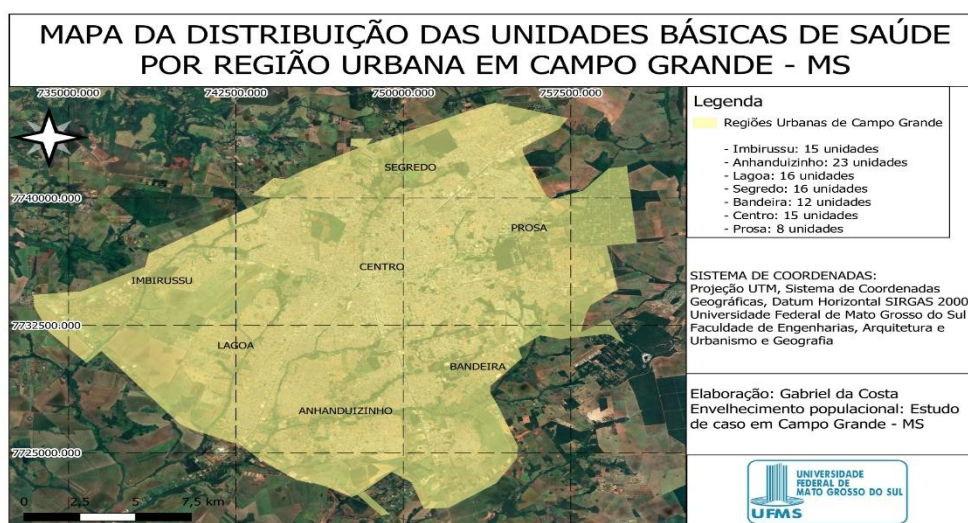
voltadas à prevenção e promoção da saúde. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde desempenha papel fundamental, pois as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as Unidades de Saúde da Família (USF) constituem a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo acompanhamento regular e contribuindo para a manutenção da qualidade de vida da população idosa.

A discussão sobre mobilidade se conecta diretamente com o acesso à saúde, já que as dificuldades de deslocamento influenciam a capacidade do idoso de buscar atendimento médico.

Para entender como a saúde pública se organiza no espaço urbano de Campo Grande - MS, analisou-se a distribuição das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Saúde da Família (USF). Esses postos são essenciais para o acompanhamento dos idosos, que costumam ter mais restrições de locomoção e demandam tratamentos contínuos para doenças crônicas. Morar perto ou longe dessas unidades afeta diretamente a qualidade de vida dessas pessoas.

A partir do mapa 1 que mostra a localização e a quantidade desses postos nas sete Regiões Urbanas da capital, nota-se um padrão de descentralização: embora a rede tenha acompanhado o crescimento das periferias, existem disparidades marcantes na organização do município (PLANURB, 2024).

Mapa 1 – Mapa de distribuição das unidades básicas de saúde em Campo Grande - MS.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande / Planurb, 2024

A análise dos dados do mapa revela que a Região Urbana do Anhanduizinho se destaca com o maior volume de postos, totalizando 23 unidades (PLANURB, 2024). Geograficamente, essa concentração se explica pela alta densidade demográfica local. Embora dados recentes indiquem o crescimento rápido de outras áreas, como o grande Nova Lima (G1 MS, 2024), a região do Anhanduizinho continua concentrando uma das maiores populações de menor renda da capital, abrigando bairros tradicionais como o Aero Rancho e o Pioneiros. Nessas áreas, observa-se significativa dependência dos serviços públicos de saúde, justificando a maior concentração de unidades de atendimento básico. Acompanhando a expansão da cidade, as regiões do Segredo e da Lagoa registram 16 unidades cada, e o Imbirussu apresenta 15, mostrando que o atendimento básico buscou cobrir os bairros mais distantes do centro (PLANURB, 2024).

Por outro lado, o contraste social e espacial fica claro na Região Urbana do Prosa, que tem a menor cobertura da capital, com apenas 8 unidades (PLANURB, 2024). Apesar de abranger bairros de alto padrão socioeconômico, como Chácara Cachoeira e Carandá Bosque, a região apresenta características que tendem a reduzir a dependência exclusiva da população em relação aos serviços públicos de saúde, o que contribui para a menor presença de unidades públicas quando comparada a outras regiões do município. Ao mesmo tempo, a região Central exibe estabilidade com 15 unidades, atendendo tanto os seus moradores idosos quanto o intenso fluxo de pessoas que circulam pelo comércio (PLANURB, 2024). Contudo, a distribuição em números não garante a acessibilidade real. Por conta do formato urbano de Campo Grande - MS, os grandes desafios são as distâncias longas e as barreiras físicas.

Para o idoso, que lida com as limitações naturais da idade, a distância percorrida funciona como uma barreira. Se o deslocamento exigir longas caminhadas por ruas sem calçada adequada ou depender de ônibus que demoram a passar, a proximidade teórica do mapa deixa de funcionar na prática.

Os dados (PLANURB, 2024) demonstram, portanto, um cenário de desigualdade: enquanto os idosos das áreas mais consolidadas têm uma infraestrutura que facilita o acesso aos serviços, quem mora em bairros novos e afastados enfrenta mais obstáculos geográficos para conseguir atendimento.

3.2 Espaços Públicos de Lazer: Praças, Parques e Academias ao Ar Livre

A discussão sobre saúde pública não pode ser dissociada das políticas de lazer e convivência social. Para a população idosa, a prática regular de atividades físicas contribui para a prevenção de doenças crônicas, para a manutenção da capacidade funcional e para a melhoria da saúde mental.

Dessa forma, praças, parques e academias ao ar livre passam a desempenhar uma função que vai além do lazer, constituindo-se como equipamentos públicos de promoção da saúde e de incentivo ao envelhecimento ativo. Assim, a qualidade e a manutenção desses espaços influenciam diretamente o bem-estar da população idosa e complementam as ações desenvolvidas pelos serviços de saúde pública.

Além dos serviços de saúde e transporte, a infraestrutura voltada ao lazer e aos exercícios físicos cumpre um papel fundamental na qualidade de vida na terceira idade. As praças e parques não são apenas elementos estéticos na paisagem, mas sim espaços importantes para a convivência, o lazer e o bem-estar, sendo essenciais para incentivar o envelhecimento ativo.

Figura 1 – Localização das academias ao ar livre em Campo Grande – MS.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande / Planurb, 2024

3.2.1 O Conceito de Envelhecimento Ativo

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), o envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação social e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas

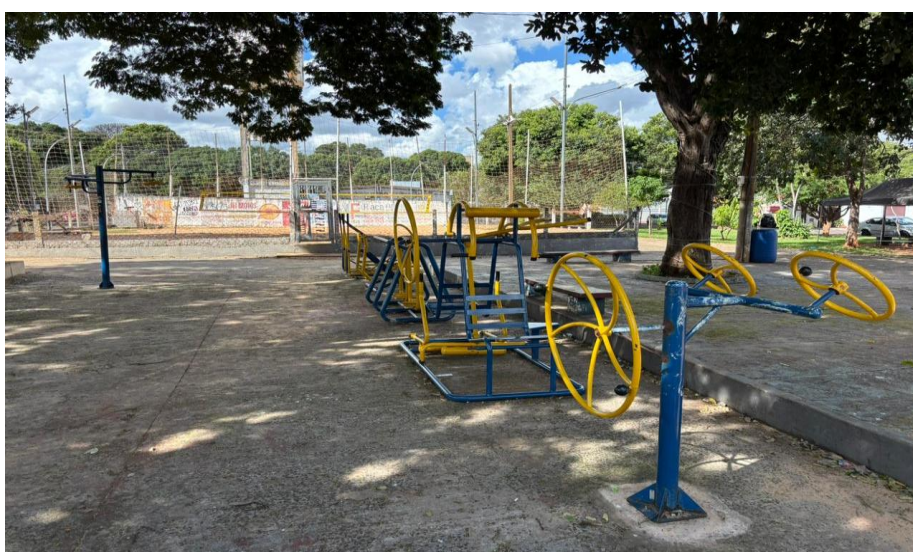
envelhecem. Ele permite que as pessoas aproveitem o seu potencial físico, social e mental ao longo da vida.

Atualmente, Campo Grande – MS conta com diversas Academias ao Ar Livre distribuídas em praças, parques e áreas públicas de diferentes regiões da cidade. O objetivo principal desses equipamentos é democratizar o acesso à atividade física para adultos e idosos, ajudando a prevenir doenças crônicas (como hipertensão e diabetes) e a manter a autonomia dos idosos. No entanto, quando analisamos de perto as condições reais de manutenção dessas estruturas, identificamos desigualdades que impactam o uso desses espaços.

Embora muitas regiões da cidade possuam praças com aparelhos de ginástica, reportagens locais também registraram problemas de conservação e uso inadequado de academias ao ar livre em Campo Grande – MS (PORTAL MIDIAMAX, 2026). Problemas como aparelhos enferrujados, peças quebradas, falta de iluminação pública à noite. Para o idoso, que tem maior risco de sofrer quedas e lesões graves, uma praça deteriorada deixa de ser uma opção de lazer e vira um ambiente perigoso.

Durante os trabalhos de campo realizados no bairro Lar do Trabalhador, foi possível registrar visualmente essa contradição entre a intenção do projeto e a realidade dos bairros, conforme ilustrado nas Fotos 1 e 2.

Foto 1 – Academia ao ar livre da praça do bairro Lar do Trabalhador.



Fonte: trabalho de campo 2026
Foto: Gabriel da Costa

Foto 2 – Estado de conservação do aparelho na academia ao ar livre da praça do bairro Lar do Trabalhador.



Fonte: trabalho de campo 2026
Foto: Gabriel da Costa

Dessa forma, observa-se que a existência física do equipamento urbano não garante, por si só, sua efetividade como política pública, sendo necessária manutenção periódica e acompanhamento profissional para que esses espaços cumpram sua função social. As fotografias registradas durante o trabalho de campo demonstram que a simples instalação dos equipamentos não é suficiente para garantir o envelhecimento ativo, uma vez que a deterioração das estruturas pode dificultar ou até impedir sua utilização adequada pela população idosa.

Para tentar resolver esse problema em Campo Grande - MS, existe o projeto Movimenta Campo Grande, organizado pela Fundação Municipal de Esportes (Funesp). Por meio dele, professores de Educação Física dão instruções para que os alunos se exercitem de forma correta. Durante o levantamento de dados, identificou-se que a praça Belmar Fidalgo, na área central, é um dos pontos que recebem esse projeto com foco em pessoas acima de 60 anos, incentivando a prática supervisionada, como mostra a sinalização de horários registrada na Foto 3.

Foto 3 – Tabela com horários de atividades orientadas por professor na praça Belmar Fidalgo.

PRAÇA BELMAR FIDALGO							
Rua Dom Aquino, 2356 - Centro							
MATUTINO							
Início	Término	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Seita	Sábado
7h	7h	Ritmos (Marcelo)	Beach Tennis T1 (Luan)		Beach Tennis T1 (Luan)		
7h	7h	Academia ao ar livre (Caroline)	Beach Tennis T2 (Luan)	Ritmos (Marcelo)	Beach Tennis T2 (Luan)	Academia ao ar livre (Caroline)	
8h30	9h30	Funcional (Marcelo)	Gin. na Cadeira (Caroline)	Academia ao ar livre (Caroline)	Gin. na Cadeira (Marcelo)	Academia ao ar livre (Caroline)	
9h	10h	Academia ao ar livre (Caroline)	Beach Tennis T3 (Luan)	Funcional (Marcelo)	Beach Tennis T3 (Luan)	Academia ao ar livre (Caroline)	
9h30	10h30	Academia ao ar livre (Caroline)	Beach Tennis T4 (Luan)	Academia ao ar livre (Caroline)	Beach Tennis T4 (Luan)	Academia ao ar livre (Caroline)	
VESPERTINO/NOTURNO							
Início	Término	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Seita	Sábado
17h30	18h30	GAP (Marcelo)		GAP (Marcelo)			
18h	19h30	Futebol T1 8 x 8 min (Luan)		Futebol T1 8 x 8 min (Luan)			
18h30	19h30	Ritmos (Marcelo)	Ritmo (Luan)	Ritmos (Marcelo)	Ritmo (Luan)		
19h30	20h30	Futebol T2 10 x 12 min (Luan)		Futebol T2 10 x 12 min (Luan)			
		Futebol T3 14 x 15 min (Luan)					

Fonte: trabalho de campo 2026
Foto: Gabriel da Costa

Como pode ser observado na Foto 3, a tabela apresenta os horários que são fornecidos atividades físicas orientadas por professores tanto no período matutino quanto no turno vespertino/noturno, ao longo da semana.

A oferta regular dessas atividades demonstra a importância da praça como espaço público de lazer, convivência e promoção da saúde. Destaca-se especialmente a presença de modalidades de menor impacto, como a Ginástica na Cadeira e as atividades orientadas na Academia ao Ar Livre, que podem contribuir para a melhoria da mobilidade, do equilíbrio e da qualidade de vida da população idosa. Dessa forma, observa-se que a Praça Belmar Fidalgo, que pertence a região central, desempenha um papel relevante na promoção do envelhecimento ativo em Campo Grande – MS, evidenciando a importância de investimentos contínuos em programas de atividade física supervisionada e na manutenção dos espaços públicos destinados ao lazer e à saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa permitiu analisar dados e informações fundamentais relacionados ao envelhecimento populacional no município de Campo

Grande - MS, cumprindo o objetivo geral de identificar os seus impactos socioespaciais e os desafios para as políticas públicas locais.

Os dados demográficos analisados evidenciaram de forma clara os impactos e contradições do processo de envelhecimento na capital. Identificou-se um cenário marcado pelo crescimento acelerado do Índice de Envelhecimento municipal que saltou para 49,3 em 2022 (IBGE, 2023), e por uma acentuada segregação socioespacial que fragiliza o cotidiano da população idosa de baixa renda localizada nas periferias urbanas. Os dados do Censo Demográfico de 2022, consolidados pelo IBGE, confirmaram a rapidez com que a transição demográfica vem avançando na capital sul-mato-grossense, demonstrando que a inversão da pirâmide etária não é apenas uma projeção para o futuro, mas sim uma realidade geográfica presente que exige transformações urgentes na estrutura da cidade.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, foi possível perceber que o envelhecimento da população não afeta de maneira uniforme pelo território, refletindo diretamente as desigualdades sociais e espaciais preexistentes na cidade. No eixo da saúde pública, o mapeamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das Unidades de Saúde da Família (USF) revelou que os postos estão espalhados pela malha urbana, mas ainda concentrados estruturalmente em termos de densidade em regiões específicas, como a Região Urbana do Anhanduizinho, enquanto áreas valorizadas como o Prosa contam com menor densidade pública devido ao perfil socioeconômico de seus moradores.

Portanto, a realidade do transporte público em Campo Grande- MS revela o contraste entre as garantias legais e a prática cotidiana vivenciada pelos idosos. A atuação do Consórcio Guaicurus expõe as limitações da gestão privada do sistema técnico urbano que negligencia a acessibilidade e falha em acolher uma população em rápido processo de envelhecimento. Diante disso, conclui-se que a melhoria da mobilidade urbana exige tanto investimentos em infraestrutura quanto uma ampla conscientização social acerca do Estatuto da Pessoa Idosa. O respeito ao idoso no espaço público que abrange desde a capacitação dos operadores do sistema até a educação dos demais usuários é indispensável para a superação das desigualdades socioespaciais e para a efetivação do direito à cidade.

A pesquisa permitiu compreender que o envelhecimento populacional em Campo Grande - MS não representa apenas uma mudança demográfica, mas também um desafio territorial e social que exige planejamento de longo prazo. O aumento da população idosa amplia a necessidade de investimentos na saúde pública, acessibilidade, mobilidade urbana e espaços de lazer adequados às limitações e necessidades desse grupo populacional.

Por fim, entende-se que o envelhecimento populacional deve ser incorporado de forma permanente ao planejamento urbano de Campo Grande - MS. Considerando as projeções demográficas para as próximas décadas, torna-se indispensável a ampliação de políticas públicas voltadas à saúde, mobilidade, acessibilidade e lazer, garantindo que o crescimento da população idosa seja acompanhado por condições adequadas de inclusão social e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE CAMPO GRANDE. Funesp leva esporte e saúde para a população com oficinas gratuitas em 90 locais da cidade. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/funesp-leva-esporte-e-saude-para-a-populacao-com-oficinas-gratuitas-em-90-locais-da-cidade/>.

Acesso em: 31 mai. 2026.

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm . Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e sociedade?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Vereadores debatem cumprimento de leis sobre assentos preferenciais no transporte coletivo. Campo Grande, 2024.

Disponível em:

<https://www.camara.ms.gov.br/imprensa/noticias/Noticias/2073/2026/28215> Acesso em: 09 jun. 2026.

CAMPO GRANDE (Município). Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). Sistema Municipal de Indicadores e Informações Geográficas (SISGRAN). Sisgranmaps: Plataforma Geográfica Interativa. Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2026.

CAMPO GRANDE. Lei Municipal nº 5.790, de 29 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a destinação de todos os assentos dos veículos de transporte coletivo urbano no Município de Campo Grande às pessoas que menciona e dá outras providências. LegisWeb, 2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=351667>. Acesso em: 31 mai. 2026.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, 2003.

G1 MS. Autistas são incluídos entre os que têm preferência por assentos no transporte coletivo de Campo Grande. **Portal G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/autistas-sao-incluidos-entre-os-que-tem-preferencia-por-assentos-no-transporte-coletivo-de-campo-grande.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2026.

G1 MS. Nova Lima se torna o bairro mais populoso de MS e passa o Aero Rancho. **Portal G1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/11/14/nova-lima-se-torna-o-bairro-mais-populoso-de-ms-e-passa-o-aero-rancho.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeções da População**: Brasil e Unidades da Federação: revisão 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Primeiros resultados de população e domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população do Brasil e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 4-6, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PORTAL MÍDIAMAX. Academias ao ar livre mudam a vida de idosos, mas sofrem com uso errado em Campo Grande. **Portal Midiamax**, 2026. Disponível em: <https://midiamax.com.br/cotidiano/2026/academias-ar-livre-mudam-vida-idosos-sofrem-uso-errado-campo-grande/>. Acesso em: 31 mai. 2026.

PORTAL MÍDIAMAX. Problemas em elevadores de ônibus geram reclamações de usuários em Campo Grande. **Portal Midiamax**, 2023. Disponível em: <https://midiamax.com.br/cotidiano/2025/onibus-lotado-estraga-elevador-na-segunda-volta-do-dia-nao-testam-antes-de-sair-da-garagem/>. Acesso em: 09 jun. 2026

PORTAL PRIMEIRA PÁGINA. População de MS cresceu, mas envelheceu no percurso. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://primeirapagina.com.br/cidadania/populacao-de-ms-cresceu-mas-envelheceu-no-percurso/>Acesso em: 31 mai. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

UNITED NATIONS. **World Population Ageing 2023: Challenges and opportunities of population ageing in the context of the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: Department of Economic and Social Affairs, 2023.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, dez. 2012.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.